



Servidores não querem que TJ-SP desconte dias parados

O Sindicato União dos Servidores do Poder Judiciário no Estado de São Paulo decidiu recorrer ao Supremo Tribunal Federal para evitar punições contra os servidores, que estão em greve desde 27 de agosto. Duas ações contra o Tribunal de Justiça de São Paulo foram apresentadas nesta segunda-feira (10/9) no STF.

A primeira ação é um Mandado de Injunção Coletivo, com pedido de liminar, para que o TJ elabore um Projeto de Lei de revisão salarial aos servidores do Poder Judiciário. Outra ação é um Mandado de Segurança Coletivo, também com pedido de liminar, para que não haja desconto dos dias parados e nem punição aos grevistas com falta injustificada.

Segundo o presidente do sindicato, Wagner José de Souza, o objetivo é garantir aos servidores o cumprimento da Constituição que prevê reajuste anual de salário, além de evitar que o Tribunal de Justiça cumpra a ameaça de punição, que vem fazendo por meio do Diário Oficial do Estado.

O Sindicato afirma que a greve tem a adesão de aproximadamente 80% da categoria, paralisando mais de 315 fóruns em todo o Estado. Sem reajuste salarial há 7 anos, os servidores reivindicam 54,31% de reposição. Nesta terça-feira (11/9), às 13h, haverá assembléia na Praça João Mendes, centro de São Paulo, para avaliar o movimento grevista.

Date Created

10/09/2001